



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

LEI Nº 5.768, DE 12 DE JULHO DE 2013.

Proj. Lei nº 27/13 – Autoria: Prefeito Municipal Ricardo Pinheiro Santana

Dispõe sobre a qualificação de Entidades como Organizações Sociais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I Da qualificação

Art. 1º - O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atividade seja dirigida saúde, no que tange à contratação de médicos para urgência e emergência, incluindo UPA – Unidade de Pronto Atendimento e PA – Pronto Atendimento.

Parágrafo Único- A contratação dos demais profissionais da saúde somente poderá ocorrer mediante concurso público.

Art. 2º - São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I- comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria, definidos nos termos do estatuto, assegurados a aquele, composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) composição e atribuições da diretoria;
- e) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal oficial de circulação no Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- f) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

- g) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade; e,
 - h) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.
- II- Haver aprovação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos para a sua qualificação, bem como quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Secretário ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.

Parágrafo Único - A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei, ficando o controle interno a cargo dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 3º - O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

- I- Ser composto por:
 - a) até 55% (cinquenta e cinco) por cento no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros associados;
 - b) 35% (trinta e cinco) por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
 - c) 10% (dez) por cento de membros eleitos pelos empregados da entidade.
- II- os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução.
- III- o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.
- IV- o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes a cada ano e extraordinariamente a qualquer tempo.
- V- os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

VI- os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4º- Para fins de atendimento dos requisitos de qualificação devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

- I- fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;
- II- aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- III- aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- IV- designar os membros da diretoria;
- V- fixar a remuneração dos membros da diretoria;
- VI- aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências e dispor sobre a alteração do estatuto e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
- VII- aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- VIII- aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;
- IX- fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa.

Seção III Do contrato de gestão

Art. 5º- Para os efeitos desta Lei entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividade relativa às áreas relacionadas no art. 1º desta Lei.

§ 1º- É dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com aquelas entidades qualificadas como organizações sociais pelo Poder Público, nos termos do art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

§ 2º- Quando houver mais de uma entidade qualificada para prestar o serviço objeto do contrato, a celebração do contrato de gestão será precedida de processo seletivo, regulamentado pelo Poder Executivo, ou, na sua ausência, de forma subsidiária pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º- O Poder Público dará publicidade:

- I- da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;
- II- das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

Art. 6º - O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão público e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social e será publicado no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da organização social, ao Secretário Municipal da respectiva área de atuação, que ouvirá previamente a comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 8º desta Lei.

Art. 7º - Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios constitucionais inseridos no art. 37 da Constituição da República, bem como no art. 111 da Constituição Estadual e, também, os seguintes preceitos:

- I- especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como, previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II- estipulação dos limites e critérios para despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções;
- III- observância dos princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no artigo 198 da Constituição da República e no artigo 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- IV- atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, no caso das organizações sociais da saúde;
- V- aprovação legislativa.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

Seção IV

Da execução e fiscalização do contrato de gestão

- Art. 8º-** A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pela Secretaria Municipal competente.
- § 1º-** A entidade qualificada apresentará ao Secretário Municipal signatário do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.
- § 2º-** Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pelo Secretário Municipal competente, devendo ser composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.
- § 3º-** A comissão deverá encaminhar ao Secretário Municipal competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.
- Art. 9º-** Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob pena de responsabilidade solidária.
- Art. 10-** Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, para que tome as providências jurídicas necessárias à preservação do patrimônio público.

Seção V

Do fomento às atividades sociais

- Art. 11-** As entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
- Art. 12-** Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- § 1º-** São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento anual, bem como os créditos adicionais e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.
- § 2º-** Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante autorização ou permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

- § 3º- Os contratos celebrados nos termos do parágrafo anterior sofrerão fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando da auditoria das contas anuais do Município.
- § 4º- É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem, com as seguintes condições:
- a) não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social;
 - b) não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria;
 - c) o servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social;
 - d) o servidor cedido deverá recolher a contribuição previdenciária no percentual obrigatório, visando a contagem do tempo de contribuição para aposentadoria.

Art. 13- Os bens móveis públicos autorizados ou permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo Único - A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Seção VI Da desqualificação

Art. 14- O Poder Executivo deverá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º - A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º - A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Av. Rui Barbosa, 926 PABX (18) 3302.3300 CEP 19814-000 - Centro - Assis - SP

Felic a Nação cujo Deus é o Senhor



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

- Art. 15-** A organização social fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com empregos de recursos provenientes do Poder Público.
- Art. 16-** Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o contratado, é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não se transferindo à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- Art. 17 –** As organizações de que trata esta Lei que desenvolver atividades na área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
- Art. 18 -** Para o cumprimento da avença, poderão ser destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos, ressalvadas as hipóteses de inadimplência com o poder público ou de descumprimento das condições estabelecidas no termo.
- § 1º -** Os bens de que trata este artigo serão destinados mediante instrumentos negociais que preservem o caráter precário da outorga, consoante cláusula expressa no termo.
- § 2º-** Os bens adquiridos na vigência da avença serão gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, revertendo ao patrimônio do Município caso a aquisição tenha se dado com recursos repassados pelo ente público.
- Art. 19 -** É facultada ao Poder Executivo a cessão especial de servidor civil, com ou sem ônus para o órgão de origem, condicionada à anuência do servidor.
- §1º -** Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga na vigência do contrato.
- § 2º -** Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente a servidor cedido com recursos provenientes da avença, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoramento.
- § 3º -** O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem.
- § 4º -** Caso o servidor cedido com ônus para o órgão de origem deixe de prestar serviço, poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio, a parcela de recursos correspondente à remuneração do servidor, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 5.768, de 12 de julho de 2013.

§ 5º- A cessão de servidor de que trata este artigo não poderá gerar a necessidade de substituição do servidor cedido nem de nomeação ou contratação de novos servidores para o exercício de função idêntica ou assemelhada na unidade administrativa cedente.

Art. 20- É vedado a parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito ou de Secretário Municipal atuar como conselheiro ou diretor executivo da Organização.

Parágrafo único - A vedação prevista no *caput* deste artigo subsiste pelo período de 2 (dois) anos após as autoridades nele referidas se desvincularem de suas atividades públicas.

Art. 21- Observado o disposto no artigo anterior desta Lei, é permitida a participação de servidor público ou ocupante de função pública na composição do Conselho de Administração da organização social, vedada a percepção de remuneração ou subsídio a qualquer título.

Art. 22- São extensíveis, no que couber no âmbito municipal, as normas previstas nesta Lei, às entidades qualificadas como Organização Social pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, por outros municípios desde que a legislação dos demais entes federados guarde reciprocidade com as normas desta Lei.

Art. 23- É vedado às organizações qualquer tipo de participação em campanha de interesse político-partidário ou eleitoral.

Art. 24- O Município não responderá civilmente, de forma direta, solidária e/ou subsidiária, por qualquer ato praticado por agentes mantidos ou contratados pelas Organizações.

Art. 25- As despesas decorrentes correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, além de recursos provenientes de repasses Federais e/ou Estaduais.

Art. 26- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Assis, em 12 de Julho de 2013.


RICARDO PINHEIRO SANTANA
Prefeito Municipal

FERNANDO SPINOSA MOSSINI
Secretário Municipal de Governo e Administração

Publicada no Departamento de Administração, em 12 de Julho de 2013